



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, do **Primeiro Secretário**, Palmira Teresa Moreira Dias, e face à ausência do **Segundo Secretário**, foi convidada para a mesa **Inês Filipe Mendes Lobo**.

Pelo **Presidente da Mesa** informou que a sessão da Assembleia estava a ser transmitida em direto e que todas as transmissões passariam a estar disponíveis no site do Município para quem pretendesse, consultar.

De seguida, procedeu à leitura dos pedidos de suspensão: Luís Alberto Pereira, Manuel Armando Salgado Santos e Ricardo Jorge Alves Fernandes, todos eleitos pelo PS e Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV. As pessoas que se lhe seguem na lista, depois de assinarem a respetiva presença, tomaram assento na Assembleia. Pediram também a sua substituição os Senhores Presidente da Juntas de Freguesia de Fafe pela Vogal Soraia Costa, o Presidente da Junta de Paços, pelo tesoureiro Tiago Silva, o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, pelo secretário Bruno Barros.

Antes de começarem o período antes da hora do dia, o **Presidente da Mesa** colocou à consideração da Assembleia a justificação da falta à última sessão ordinária, realizada no dia vinte e nove de dezembro de Maria Mercedes Mendes Pardo. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade**.

Em cumprimento do disposto no número 3, do artigo 44º do RJAL, aprovado pela Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Mesa** procedeu à verificação da identidade e legitimidade da eleita Maria Mercedes Mendes Pardo, que faltou à instalação do órgão no dia 25/10/2025, tendo a mesma tomado posse, conforme documento anexo à presente ata.

Posteriormente, o **Presidente da Mesa** informou que o expediente, cuja relação tinha sido distribuída pelos Senhores Deputados, se encontrava disponível para consulta.

Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.

Foi dada a palavra **Ricardo Costa, eleito pelo CHEGA**, que iniciou a sua intervenção para expor uma situação que é, à primeira vista, parece um problema de humidade, mas que é no fundo, um problema de saúde democrática. O Grupo Municipal do Chega solicitou, como é de seu direito legal e regimental, uma sala para reunir e preparar esta Assembleia. A resposta que recebemos da mesa foi, no mínimo caricata, informaram-nos que as salas da Assembleia não podem ser usadas porque têm humidade devido ao mau tempo que, desde já lamentamos. Senhores Deputados, sejamos sérios, a Lei nº 75/2013 é clara, a Câmara tem o dever de



facultar instalações à Assembleia. Não é um favor, é um dever, se a sala tem uma humidade, o bom senso e a cortesia institucional obrigavam a que nos fosse dada uma alternativa digna. Tem dezenas de edifícios públicos, a biblioteca, o arquivo, o teatro ou até mesmo este auditório. Será que a democracia em Fafe só funciona quando faz sol, será que o trabalho dos deputados municipais e da oposição tem de ficar parado porque o executivo não consegue encontrar uma mesa e três cadeiras secas num concelho deste tamanho. O que nos parece é que esta humidade é muito conveniente para dificultar o trabalho de quem quer fiscalizar a maioria. Se as salas da Assembleia estão neste estado de degradação, isso é apenas mais um reflexo da falta de manutenção e do cuidado que vemos na gestão do concelho. Em 2023, o Presidente gastou 250 mil euros num concurso público com uma empresa de construção civil para ampliação do edifício da Câmara, 250 mil euros depois, não queremos acreditar que não haja uma sala para o Chega reunir, como é seu direito legal. O Chega não precisa nem quer luxos para trabalhar, mas exige respeito institucional pelo partido, pelos eleitores que votaram em nós e por todos os fafenses que representamos. Termine, perguntando, para a próxima reunião devemos trazer galochas e guarda-chuva ou, o Senhor Presidente, compete-se aqui em garantir um espaço digno para o Grupo Municipal trabalhar.

De segui, usou da palavra **Cármen Sampaio, eleita pelo PPD/PSD**, para trazer a esta Assembleia um tema que não é novo. É, de facto, um tema sensível e, de certa forma, um tema impactante do ponto de vista social, tema que se prende tão somente com a gestão do património do Município, que é o uso do estádio municipal de Fafe. Tem a ver com a existência ou não de um título jurídico válido, seu ponto de vista substancial e formal, que legitima a Sociedade Anónima Desportiva (SAD) a utilizar esse património ou equipamento pertencente à autarquia. Sabemos que a SAD é uma sociedade, sob a forma anónima, regida pela lei das sociedades, que consta no Código de Sociedades Comerciais. É uma sociedade que é gerida por um administrador com um objeto e um fim lucrativo. Ora, é com este argumento que nós, e o grupo para o qual represento, está interessado em saber como é que funciona a utilização contínua do recinto desportivo pela SAD. Tem de haver, de facto, um contrato ou que seja através de qualquer contrato titulado juridicamente, um protocolo, um instrumento jurídico que estabeleça direitos e deveres para as partes. Pois trata-se de uma entidade privada e por isso não há qualquer razão para que não se estabeleça esse vínculo jurídico ou até qualquer contrapartida. De facto, trata-se de uma questão que exige responsabilidade coletiva, daí garantir que tudo decorra com a devida segurança e no interesse público. Esta questão tem sido suscitada em anos anteriores, mas nunca foi esclarecida ou pouco esclarecida. A pergunta é simplesmente binária, ou existe um instrumento jurídico ou não existe. Se existe, era de todo importante sabermos em que termos é que ele existe, prazos, valores da contrapartida pelo uso e até outras cláusulas existentes, desde que não contrárias à lei e de acordo com a



liberdade contratual ou até se está devidamente atualizado. É claro que esta pertinência não constitui nenhuma acusação nem qualquer reparo negativo ao executivo, muito menos à instituição desportiva que os fafenses tanto estimam. Se não existe, efetivamente, pretendemos que esse vínculo seja regularizado o mais breve possível. Estamos convictos de que não é falta de competência do Departamento Jurídico para formalizar essa situação, mas talvez a falta de tempo, organização de serviços ou até pouca vontade política. Pois não há nenhuma razão para a Câmara Municipal não cobrar qualquer contrapartida a este ente privado, ao qual tem enquadramento legal. Caso contrário, abriríamos aqui um precedente a outras entidades da mesma natureza. Terminando dizendo, que esta questão do património municipal tem de obedecer a princípios no que norteia o nosso direito, igualdade, legalidade e transparência. Ficamos a aguardar, sem esquecer o assunto, obviamente, a posterior em outras Assembleias.

Foi dada a palavra a **Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, para apenas por precaução dizer que passou no centro de saúde e pareceu-me a olho nu que as obras estavam um pouco atrasadas para o prazo de execução que temos. Além desta obra, também temos outras obras são financiadas pelo PRR e que estão em curso no nosso concelho, e sabemos que o PRR não pode ser prorrogado, não pode ser adiado no seu prazo global porque Bruxelas assim o impôs. Contudo, também sabemos que é possível fazer reprogramações que permitam uma execução mais dilatada no seu tempo, desde que sejam submetidas de forma atempada. Perante esta preocupação, a minha pergunta é bastante direta. Qual é o risco estimado, em percentagem, de não conseguirmos executar estas obras dentro do prazo legal? E caso haja um risco que seja realmente relevante, está o Executivo já a preparar um pedido de reprogramação destas obras, deste financiamento PRR. Já foi equacionada a criação, também, de um instrumento financeiro alternativo, sabendo que o processo administrativo de fazer um pedido de reprogramação demora sempre dois meses e o prazo de execução termina em junho porque também uma coisa é certa, perder ou devolver fundos não podemos, não pode ser uma opção do nosso Conselho. Portanto devemos estar preparados para qualquer eventualidade.

Usou da palavra o deputado **José Ribeiro, eleito pelo PPD/PSD**, para fazer apenas para fazer um pedido, ou se quiser três pedidos ao Presidente da Câmara, ou dois esclarecimentos e um pedido. Primeiro é que a Praça Mártires do Fascismo/Feira Velha, está às escuras, praticamente acerca de um mês, quem olha da Câmara, do lado direito há uma luminária, a primeira luminária e a última estão acesas, as outras são apagadas. Do lado esquerdo não há luminária, qualquer luminária acesa e isto é uma situação que já acontece há muito tempo. Depois, gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara, já aqui falei noutras alturas, e como reparo que não tenha havido qualquer evolução do assunto, gostava de perguntar o que é que a Câmara já fez ou pensa fazer relativamente ao Palacete do Centro de Emprego e ao Palacete



Summaviellle, em frente ao Cineteatro. É que é muito preocupante o estado de degradação em que estes dois edifícios classificados estão, e a Câmara tem instrumentos jurídicos para atuar, quer contra o Estado, no caso do Palacete do Centro de Emprego, quer contra o particular, no caso do Cineteatro. E, portanto, urge tomar medidas, se não foram tomadas, e é a questão que eu coloco, se a Câmara já tomou ou pensa tomar alguma medida no sentido de obviar à degradação e quase derrocada no caso do Palacete Summaviellle. Uma vez que nós conhecemos, também, as estratégias que às vezes são utilizadas, não direi pelo Estado, mas pelos particulares, no sentido de criar situações de facto que depois permitem fazer-se tudo e mais alguma coisa.

Foi dada a palavra a **Simão Fernandes, eleito pelo PCP/PEV**, começando por dirigir um agradecimento especial à Câmara, um agradecimento sincero pela oportunidade de exercitarmos nesta Assembleia uma figura de estilo tão nobre e tão necessária como é a ironia. E eu digo isto porque no passado 26 de janeiro, submetemos o requerimento formal sobre o cinema em Fafe e o protocolo com o Cineclube. Esperamos, pela resposta institucional, pela via oficial, como mandam as regras, não obtendo resposta, fizemos chegar as nossas preocupações à comunicação social. A Câmara, num gesto de modernidade que nos ultrapassa, chamem-me assim, decidiu que o nosso requerimento deveria ser respondido primeiro, através das páginas de jornal, saído sexta-feira, 13 de fevereiro. É no mínimo curioso, pelos vistos, para obtermos a resposta desta Câmara temos de passar a enviar comunicados à comunicação social porque a via direta com esta Assembleia parece estar com grandes dificuldades. Só no dia 16 de fevereiro, depois já temos lido as notícias, é que a resposta oficial nos chegou às mãos. Isto não é cooperação, isto é, no mínimo uma relação tóxica, ou bastante tóxica. Muito obrigado pela resposta tardia, escusavam ter tido tanto trabalho, nós também lemos jornais e acima de tudo sabemos ler muito bem as entrelinhas, podem continuar a ignorar os procedimentos, podem continuar a preferir diálogos através da imprensa, mas podem ficar também descansados, nós continuaremos a respeitar as regras da democracia. Bem sei que pedir à Câmara que faça o mesmo pode parecer demais, quase utópico, mas aqui nós sempre fomos desenhadores e acima de tudo persistentes. Por isso, continuaremos a reagir com ironia à falta de respeito e pedimos, somente, que numa próxima vez nos ponham em BCC ou ICC quando responder à comunicação social por e-mail. Já agora, gostaria de saber, e deixando agora a ironia, já existiram conversas com o Cineclube para o regresso do cinema, que medidas a Câmara tomou e que medidas pensa tomar. Gostaria ainda de questionar sobre a rua José Ribeiro Vieira de Castro, que é uma das ruas mais compridas da cidade, que passa pelo Centro de Saúde e termina junto à fábrica de ferro, como sabem, com a dinamização da fábrica, com o pádel e essencialmente o futebol, dá essa rua uma importância que até agora não tinha, uma dinamização. E vemos que em horas de jogo ou em picos temporais, filas, carros estacionados



em segundas filas e alguma confusão. Posto isto, questionamos o executivo sobre se existe algum plano de requalificação previsto para esta rua que contempla a regulamentação do estacionamento e a melhoria do piso, essencialmente junto à fábrica de ferro, é urgente olhar para este eixo antes que o sucesso das suas atividades se torne um problema de segurança rodoviária. Ainda relativamente à rede de viária, em Aboim, o caminho municipal 1665 que liga Aboim a Cabeceiras e o caminho 1209, municipal também, continuam intransponíveis devido ao mau tempo. Pergunto, que intervenção está prevista e para quando a reabertura total desta ligação. Segundo, em Quinchães, a estrada da Praia voltou a sofrer danos graves, que foram imediatamente reparados, mas a via está agora ainda com mais remédios que o que se tinha, sendo esta uma das estradas mais importantes da freguesia, pergunto diretamente, há uma data concreta para o início das obras da requalificação desta via. Por fim, com um pedido direto, façam chegar ao grupo municipal do PSD um conjunto de questões que submetemos à Câmara sobre a gestão das cantinas escolares, como pareceu na última Assembleia, é um tema que desperta alguns pontos de conexão e garantimos que partilharemos também com o tal grupo, a resposta que a Câmara nos der, quando nos der, se nos der, aí com certeza poderão fazer as contas, criar as tais colunas excel e confirmarão o que dizemos, aqueles trabalhadores, com ordenadas miseráveis, que todos os dias põem a comida no prato dos nossos filhos, estão a ser vítimas de umas opções políticas que simplesmente não têm em conta a dignidade da sua vida, quando somarem a fatia dos salários à fatia com deslocações e produtos e verificarem que existe uma fatia de leão, aquela fatia grossa que é gasto e pela câmara, mas que estranhamente não chega onde realmente faz falta, então compreenderão a moção que foi proposta por nós na última Assembleia, propomos que essa fatia seja redirecionada para a melhoria dos contratos, para adquirir na produção local e para a qualidade das refeições. É o futuro dos nossos alunos, da cidade e destes trabalhadores está em jogo. Temos até junho para que a Câmara assuma de uma vez por todas a gestão direta das cantinas e eu peço que a todos os presentes decidam e decidam bem. Só para terminar, eu deixo-vos com um argumento que tem tanto de cómico como de embaraçoso, o McDonald's, esta empresa socialista, utiliza cerca de 80% de produtos nacionais, pelo que questionamos a Câmara sobre a percentagem de produtos de origem portuguesa que as nossas cantinas utilizam. Ainda não tivemos a resposta, mas com certeza todos ficaram surpreendidos quando ela chegar e perceber que nas nossas cantinas escolares consumimos muito menos produtos nacionais do que no McDonald's. E nem falamos de locais, porque se falamos de produtos locais, aí possivelmente resta-nos a água da torneira. Pronto, eu espero que sejam tomadas medidas e que tenham alguma consciência. Também usou da palavra, **João Sousa, eleito pelo PPD/PSD**, para fazer três perguntas aqui ao Presidente da Câmara, como é do seu conhecimento do Sr. Presidente, ainda a Câmara, na altura entregou-a nos nascentes à Indáqua, nascentes essas que, por sua vez, a Indáqua voltou



a devolver à Câmara e a Câmara ainda não devolveu às freguesias pelo que pergunto se as nascentes vão, neste mandato, serem devolvidas às freguesias. Outra pergunta relacionada com a água, não está na altura de colocarmos os fontenários das freguesias a funcionar, uma vez que a água agora é do município. Na altura que os desligaram, disseram que tinha de ser pagos, mas agora uma vez que é da gestão do município, seria muito bom colocar a funcionar novamente os fontenários. Falando na água também, para quando é que vai ser inaugurado o edifício em Calvelos, ou melhor, para quando é que as Águas de Fafe vão passar para lá. Corredor verde, eu sei que com estas chuvas foi bastante danificado, mas estava a precisar muito de intervenção, para quando é que vão intervir e se vai continuar com o aumento do mesmo, como prometeu à cidade.

Por fim foi dada a palavra a **Carlos Cunha, eleito pelo PS** para dizer que o excesso de ironia depois deixa-nos sem perceber o que é que é irónico, o que é que é falar a verdade e falar a sério. Foi aqui amplamente discutida uma moção e explicado com rigor técnico e científico por pessoas que percebem de saúde e, sobretudo, da alimentação dos nossos jovens o porquê de nós não concordarmos com essa moção que hoje foi aqui novamente apresentada agora oralmente e não em formato escrito. E depois, entre a ironia, também se referiu aqui que do McDonald socialista, nós não percebemos muito bem esse tipo de ironismo, no entanto, reforçar, uma vez mais, que o município toma as suas decisões sempre alicerçadas naquilo que é o melhor para a comunidade educativa, para os nossos próprios filhos, que a minha filha também estuda numa escola, e para os jovens, no entanto, não podemos deixar de registar este expediente oral, que veio substituir uma moção escrita e administrativa que deu entrada neste serviço.

De seguida, o **Presidente da Mesa informou** que tínhamos um conjunto de voto que já tinham sido distribuídos:

- **Voto de Congratulação pela eleição do Senhor Dr. António José Martins Seguro à Presidência da República**, apresentado pelo PS de satisfação e júbilo por essa eleição, e determinar que o mesmo seja lavrado em ata e divulgado nos termos regimentais aplicáveis. Alguém quer que faça algum comentário.

Solicitou a palavra **Simão Fernandes, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer sem ironias e sem outras figuras que eu percebo que pode haver alguma dificuldade de compreensão, mas isto é o que é. Então, procurando ser aqui o mais direto possível, a escolha da palavra júbilo não foi inocente por parte do PS, se a palavra júbilo é uma grande alegria, excitação, felicidade imensa, ela vai além disso porque carrega consigo um significado histórico muito além daquilo que tem no dicionário e que só por si já era bastante. Tem até um significado bíblico que vai de alegria profunda, espiritual, transcendente, tendo em conta tudo isto, o PS optou por usar júbilo, não no preâmbulo, mas nas deliberações, procurando criar aqui um mecanismo de divisão, mesmo



quando há uma grande votação com essa dimensão, vamos aqui criar muros onde havia pontos. Eu votei “Seguro”, fiquei contente com a sua eleição, acredito que a maioria aqui, a grande maioria votou “Seguro”, ficou também muito contente com a eleição face até à alternativa, mas eu não jubilei, antes foi o contrário, a mulher do “Seguro” não jubilo, eu acho que o “Seguro” não jubilo também. E aqui, conhecendo o PS e vendo o que nós vimos, nem o PS entrou em júbilo por isto. Esta questão de aprovar o presente de voto, congratulação, manifestante, satisfação e júbilo.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com 5 abstenções (PCP/PEV, IL e Chega).**

- **Moção apresentada pelo Partido Comunista pela criação de uma Horta Comunitária no concelho de Fafe** que, depois de vários considerandos, propõe que a Assembleia: Identificar e disponibilizar um terreno municipal adequado para a implementação de uma Horta Comunitária; elaborar um regulamento de funcionamento que garante o acesso transparente e equitativo à utilização dos talhões; promover parcerias com escolas, associações, instituições sociais e ambientais para a dinamização do espaço; desenvolver ações de formação e sensibilização nas áreas da agricultura sustentável, compostagem e alimentação saudável e avaliar a possibilidade da expansão futura do projeto mediante a adesão da população e conforme os resultados obtidos.

Solicitou a palavra **Dulce Vieira, eleita pelo PS**, para dizer que relativamente ao ponto em discussão, o Grupo Parlamentar Municipal do PS considera que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia acertada e responsável no domínio da educação ambiental. Em articulação com os estabelecimentos do ensino do concelho, através da promoção, ao longo dos anos, das hortas pedagógicas no âmbito do Programa Eco-Escolas. Esta opção revela uma visão de futuro antes de avançar para a implementação das hortas comunitárias. Importa fomentar, junto das crianças e jovens, o gosto pela natureza, o respeito pelos ciclos naturais e o contacto direto com a terra, bem como sensibilizar para os princípios da produção biológica e da sustentabilidade. Não se trata de antecipar soluções sem base social, mas, de criar condições para que estas possam surgir de forma consciente, consistente e participada. A construção de uma cultura ambiental sólida começa na educação e na formação cívica das novas gerações. O Grupo Municipal do Partido Socialista entende que as hortas comunitárias devem resultar de uma vontade efetiva da população e não de uma imposição administrativa. O papel de um município deve ser de facilitador, disponível para apoiar e enquadrar e viabilizar iniciativas que emergem da sociedade civil, devidamente estruturadas e regulamentadas. Assim, saudamos o trabalho que está a ser desenvolvido nas escolas do concelho e recomendamos que a Câmara Municipal continue a afirmar-se como um parceiro disponível



para acolher projetos que venham a surgir da comunidade. O município deve assumir-se como agente que faz com a população e não como entidade que se faz em vez dela. É neste enquadramento que o Grupo Municipal do Partido Socialista entende não poder acompanhar a moção apresentada pelo PCP quando este propõe um avanço imediato para a aquisição ou disponibilização de terrenos destinados a hortas comunitárias. Consideramos que tal decisão não deve preceder à auscultação da população, nem pode substituir a vontade da comunidade por uma iniciativa exclusivamente administrativa. Importa primeiro perceber se existe efetivamente interesse neste tipo de projeto e, em caso afirmativo, em que escala e em que modelo de implementação. Avançar sem o diagnóstico prévio seria inverter o princípio que deve orientar este tipo de políticas públicas, o de que as hortas comunitárias devem nascer da mobilização da comunidade e não de uma imposição institucional. O município deve estar preparado para apoiar, enquadrar e viabilizar projetos que surgem na sociedade civil, mas não deve substituir-se à mesma. Daí que recomendamos à Câmara Municipal que perceba junto das associações com intervenção na área ambiental, bem como de grupos informais de cidadãos, se existe interesse na real dinamização de projetos de hortas comunitárias. Com esse interesse, se manifeste, deverá o município procurar compreender o grau de desenvolvimento com permissão e contributo que os agentes da sociedade civil estão disponíveis para assumir, garantindo para um eventual projeto desta natureza nasce com um verdadeiro projeto coletivo, participado, partilhado e corresponsabilizado. Não defendemos uma participação passiva, defendemos sim um papel ativo dos cidadãos na definição das propriedades, nas decisões e nas escolhas que moldam o nosso desenvolvimento coletivo. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, embora se reveja nos princípios e valores expressos pelo PCP da sua proposta, entendo votar contra a moção apresentada, propondo, antes que o município adote uma prática anteriormente referida, escutar, envolver e construir com a comunidade e não a substituição dela.

Colocada à votação, foi **rejeitada, por maioria, com 1 voto a favor do PCP/PEV e 9 abstenções.**

- Moção apresentada pelo Partido Comunista referente ao apoio extraordinário aos feirantes de Fafe.

Foi dada a palavra a **Simão Fernandes, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que as feiras e mercados empenham um papel insubstituível na economia e na identidade social do nosso concelho. Mais do que pontes de venda, são plataformas essenciais para o escoamento dos pequenos produtores e da agricultura familiar, garantindo a vitalidade do comércio tradicional e a sustentabilidade da produção local. O Município de Fafe tem uma tradição histórica indissociável desta atividade, sendo um dos poucos concelhos onde o feriado municipal está ligado a uma feira. É, por isso, dever da Câmara ser o exemplo maior de uma administração que



honra os seus compromissos sociais e protege os seus agentes económicos em momentos de crise. Nos últimos meses, o país tem sido fustigado por condições meteorológicas adversas. Se, por um lado, assistimos a admiráveis ondas de solidariedade por parte de muitos fafenses para com as regiões afetadas, por outro, não podemos ignorar que o nosso concelho também sofre as consequências da chuva e eventos incessantes. Os feirantes são os dos profissionais mais prejudicados, enfrentando semanas consecutivas em que a venda é dificultada ou mesmo impossibilitada. Tal como acontece noutros setores essenciais, a precariedade e a instabilidade dos rendimentos destes trabalhadores exigem uma intervenção municipal que assegure a dignidade e a continuidade da sua atividade. Faço ao exposto, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 27 de fevereiro de 2026, recomenda à Câmara Municipal o seguinte: assumir um papel ativo no apoio direto aos feirantes, aplicando um desconto de 50% no valor mensal das taxas a pagar, relativos aos meses de janeiro e fevereiro; garantir a aplicabilidade prática deste apoio, fazendo com que o referido desconto tenha efeitos nas mensalidades dos meses de março e abril de 26; assegurar o mesmo tratamento a todos os feirantes, procedendo à devolução da de valor em causa para os feirantes que efetuarem o pagamento das taxas em moldes anuais.

Solicitou a palavra **Rute Mendes, eleita pelo Chega**, para dizer que o Chega entende que é prioridade dos eleitos desta Assembleia zelar pelos interesses dos fafenses, ao contrário de muitos, nós não funcionamos com palas ideológicas, se a proposta é do PS, do PCP ou do PSD, para nós é irrelevante, o que nos importa é se ela serve ou não os interesses dos fafenses. As feiras são o coração da nossa economia tradicional e da agricultura familiar, apesar de haver feirantes que vêm de outros concelhos, não podemos ignorar que todos eles já enfrentaram semanas consecutivas de intempéries que lhes retiraram o sustento. Enquanto, este Executivo gera orçamentos de milhões, não podemos negar um alívio de 50% nas taxas a quem trabalha arduamente à chuva e ao vento. Esta proposta não terá um impacto significativo no orçamento municipal, ainda para mais tendo carácter excecional, contudo, fará certamente diferença para quem dela usufruir. Gostaríamos de ver esta proposta eventualmente alargada também ao pequeno comércio local, alguns comerciantes também sofreram danos e prejuízos. E por isso votaremos a favor porque é uma medida de apoio direto aos nossos agentes económicos locais, outros podem ver e dar prioridade à ideologia, nós vemos Fafenses que precisam de apoio e se a medida é boa para a Fafe, terá sempre o nosso apoio, venha de onde vier.

Usou da palavra **Lídia Fernandes, eleita pelo PS**, para dizer que as recentes intempéries, que afetaram o concelho de Fafe, tiveram impactos significativos na vida de muitas famílias e de forma particularmente sensível, na atividade dos nossos feirantes. Foram dias difíceis que provocaram prejuízos materiais e condicionaram a normal dinâmica económica local, perante este cenário excecional, importa sublinhar que a Câmara Municipal não detém



responsabilidade legal direta para atribuir apoios financeiros ou compensatórios aos feirantes e não pode, nem deve ignorar a irresponsabilidade social que lhe é inerente. Governar também é saber responder com sensibilidade, equilíbrio e sentido de justiça às dificuldades concretas das pessoas. O Partido Socialista reconhece que a moção apresentada pelo Partido Comunista Português expressa uma preocupação legítima com os feirantes afetados, uma preocupação que é partilhada por todos nós. Contudo, a solução proposta, nomeadamente, o reembolso de uma percentagem das taxas anuais já pagas, levanta questões de legalidade por não existir, na nossa opinião, enquadramento jurídico adequado no âmbito da gestão financeira municipal. Mesmo perante circunstâncias difíceis, não podemos comprometer o rigor e a legalidade do município. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra a presente moção e recomenda a adoção de uma solução que garanta apoio proporcional, assegurando um tratamento justo e equitativo entre todos os feirantes e respeitando simultaneamente o princípio da legalidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à **votação rejeitada, por maioria, com 8 votos a favor.**

- Moção para realização de auditoria jurídico-forense independente às contas e contratações da Câmara de Fafe no período correspondente aos últimos 12 anos, apresentada pelo Chega.

Foi dada a palavra a **Vanessa Barata, eleita pelo Chega**, para dizer transparência não é uma cortesia que os políticos fazem ao povo, é um dever, é um dever sagrado de quem gere aquilo que não é seu. E se a gestão de qualquer empresa privada pode sempre ser alvo de escrutínio, a gestão da coisa pública, o dinheiro de todos os fafenses tem de ser e deve ser ainda mais rigoroso. O Grupo Municipal do Chega traz hoje a esta Assembleia uma proposta que é bastante clara, a realização de uma auditoria jurídico-forense, externa e independente às contas e às contratações da Câmara Municipal, abrangendo os últimos 12 anos. Não estamos aqui para lançar suspensões gratuitas, nem ataques pessoais a executivos presentes ou passados. Estamos aqui para prestar contas a quem, de facto, nos elegeu. E cada vez mais vemos nas notícias casos de promiscuidade política, intermissão entre interesses pessoais e a gestão dos municípios, dos organismos, das instituições públicas, um pouco por todo o país, e veja-se a título de exemplo o caso paradigmático de José Sócrates, veja-se a título de exemplo o caso do assessor do ex-primeiro-ministro que guardava as notas nas caixas de vinho, gerando uma onda de suspeição que acabou por fazer cair o ex-primeiro-ministro. Fafe não pode e sobretudo, não deve viver sobre qualquer sombra de dúvida, uma auditoria externa é, no fundo, um exame livre de pressões políticas ou de amarras ideológicas, serve para confirmar os procedimentos e confirmar se os mesmos foram legais e se o dinheiro dos contribuintes foi usado com eficiência e dentro da legalidade. Quando não se tem nada a esconder, não se tem



nada a temer, propor uma auditoria e vê-la, sobretudo corroborada pelo partido que suporta o Executivo, é demonstrar que Fafe é sinónimo de transparência e de rigor. E, por isso, propomos que uma entidade independente realize esta auditoria forense, que o relatório final seja tornado público e que qualquer ilegalidade, eventualmente detetada, seja encaminhada para a Justiça. E estamos todos os partidos a aprovar esta iniciativa, sendo certo que o seu chumbo não passará certamente despercebido aos Fafenses e poderá ser interpretado como uma tentativa de esconder algo, ou mero receio da realidade e da verdade. E, portanto, pelo rigor e pela transparência e, sobretudo, pelo respeito que temos a Fafe e aos Fafenses, pensamos que esta proposta deva ser aprovada.

Foi dada a palavra a **Simão Fernandes, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que a moção que o Grupo Municipal do Chega hoje traz, sob o pretexto de uma suposta auditoria jurídica ou forense aos últimos 12 anos da Câmara Municipal de Fafe, não é mais do que uma manobra de diversão política a que o PCP não pode nem deve dar cobertura. Diz o partido proponente que esta auditoria seria um exame independente e livre de marras ideológicas, mas a verdade é que esta proposta está profundamente carregada de uma ideologia que combatemos, a da desconfiança sistemática sobre as instituições públicas e a da tentativa de transferir para entidades privadas o que é da competência do Estado. Propor que uma entidade externa venha a substituir-se ao papel fiscalizador do Tribunal de Contas ou da Inspeção Geral de Finanças é, no fundo, um ataque ao poder local democrático e a esta própria Assembleia. Aliás, não se conhece nos últimos quatro anos, nenhuma intervenção do Chega que tivesse contribuído para uma maior transparência no âmbito do seu papel na Assembleia, nem política, nem técnica que, é a entidade fiscalizadora do exercício da atividade da Câmara. O PCP sempre defendeu e defende a máxima transparência na gestão da coisa pública. No entanto, não confundimos transparência com espetáculo, utilizar alertas da população sem rosto ou misturar processos judiciais específicos como a operação Hétero ou casos individuais de abuso de poder para lançar uma rede de suspeição sobre 12 anos de atividade política é puro populismo. É uma tentativa de criar um clima de caça às bruxas, em vez de se focar nos problemas reais dos trabalhadores e das famílias fafenses. Além disso, temos de ser claros, uma auditoria externa com esta amplitude temporal teria custos exorbitantes, o PCP não aceita que o dinheiro dos impostos fafenses seja desperdiçado para alimentar um palco mediático de uma força política reacionária quando, esse mesmo dinheiro, faz falta na habitação, nos serviços públicos e no apoio social. A transparência defende-se com o reforço dos mecanismos públicos e de controle e com a participação ativa dos cidadãos e não com iniciativas demagógicas que visam apenas “show” político e de branqueamento de uma agenda que é, na sua essência, contra os direitos de quem trabalha. Por essas razões claras e pela agenda



obscura que o partido proponente tem, por coerência democrática e em defesa do rigor que a gestão pública exige, votaremos, como é óbvio, contra.

Foi dada a palavra a **Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que o Partido Chega apresenta hoje a esta Assembleia uma moção onde insta os mais diversos partidos políticos a aprovarem a realização de uma auditoria externa e florense às contas e às contratações do município de Fafe, relativas aos últimos 12 anos e, alega ou invoca o rigor da transparência na gestão autárquica. Começamos por afirmar, com total clareza, que concordamos inteiramente que o rigor, o escrutínio e a transparência devem ser os pilares essenciais da governação e são precisamente esses princípios, não por conveniências momentâneas, mas por convicção permanente, que têm orientado de forma consistente, responsável, a ação deste Executivo e de todos os Executivos que aqui são elencados. Concordamos, também, que as auditorias externas são instrumentos fundamentais para garantir legalidade, boa gestão e a confiança dos cidadãos nas instituições. E, é precisamente por defendermos o rigor, a transparência que não aceitamos que se deturpe a realidade. Importa, por isso, repor a verdade dos factos. Primeiro, as auditorias externas ao município não são uma faculdade política ocasional, como aqui tentaram fazer crer, são uma imposição legal desde a Lei 272007. E atualmente, ao abrigo da Lei 72/2013, concretamente no seu artigo 77º, todos os municípios são obrigados às realizações de auditorias externas independentes. Não estamos, portanto, perante nenhuma novidade, estamos perante uma obrigação que vigora há quase duas décadas. Em segundo, o Município de Fafe cumpre exemplarmente essa obrigação, as contas são auditadas por revisores oficiais de contas, nos termos da Lei 140/2015 e, de acordo com as normas internacionais da Auditoria, ISA, que regulam todos os ciclos da auditoria, desde o planeamento até à emissão do seu certificado legal de contas. O objetivo destas auditorias é claro porque permite ao auditor independente emitir um certificado de declaração sobre as demonstrações financeiras do município, bem como verificar os cumprimentos legais de todos os procedimentos. Mais ainda, esses relatórios são submetidos nas sessões de abril e em junho a esta Assembleia, são por nós analisados, são por nós escrupulosamente discutidos e são aprovados. E importa sublinhar um dado que não pode ser ignorado, nunca nestes anos foi emitida qualquer reserva ou qualquer opinião adversa sem qualquer declaração de impossibilidade à certificação relativa às contas do município. Este facto não é uma coisa casual, é o resultado de uma gestão rigorosa de suas excelências e de procedimentos administrativos e de trabalho competente dos quadros qualificados que dispõe o município. Acresce ainda que o Tribunal de Contas, no exercício das suas competências de fiscalização prévia e concomitante e sucessiva, tem visado as adjudicações e os contratos municipais, atestando conformidade e boa prática nos procedimentos. Importa, ainda, esclarecer que o



Tribunal de Contas não fiscaliza apenas números, fiscaliza procedimentos contratuais na sua globalidade. Perante este enquadramento importa perguntar duas coisas a esta Assembleia, que novidade traz esta moção, que lacuna pretende suprimir. A resposta é simples, nenhuma. Apenas e só criar ruído político onde os factos demonstram normalidade e regularidade. A aprovação desta proposta significaria duplicar, como aqui já foi dito na intervenção que antecedeu, duplicar procedimentos que já existem e redundar em custos desnecessários para quem defende a causa pública é um pouco contraditório. Paradoxalmente, colocar em causa decisões que esta própria Assembleia aprova, toma conhecimento, ano após ano, é também no divido injurioso. Seria, no fundo, um exercício de desconfiança artificial, pago pelos contribuintes, para sustentar uma narrativa política desprovida de sustentação técnica, de fundamento objetivo e de qualquer responsabilidade institucional. Mais grave ainda, ao sugerir, sem qualquer fundamento técnico ou jurídico, que existe uma necessidade extraordinária de auditoria, lança-se uma sombra injustificada sobre a gestão municipal, criando desconfiança onde os factos demonstram rigor, responsabilidade, conformidade e legalidade. O escrutínio é saudável, a demagogia não é, a transparência é essencial, a insinuação infundada é irresponsável. A auditoria externa fundamentada sempre foi e existe em Fafe há quase 20 anos, as contas são auditadas, são certificadas, são apreciadas por cada Assembleia, são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, os relatórios são públicos, a legalidade é verificada e a transparência é praticada. O que esta moção revela não é uma falha do município, revela um profundo desconhecimento do Partido Chega pelo quadro legal aplicável às autarquias locais. Esse sim, é verdadeiramente preocupante. No Partido Socialista não precisamos, nem aceitamos lições de transparência de ninguém sobretudo de quem confunde fiscalização com espetáculo e rigor com ruído. A bancada parlamentar do Chega pode continuar a vender a sua indignação em embalagens de ocasião, nós continuaremos a apresentar contas auditadas certificadas, rigor e transparência porque entre o populismo ruidoso e a solidez da responsabilidade, escolhemos sem hesitação a responsabilidade, o concelho de Fafe e os Fafenses precisam de soluções concretas e trabalho sério e não precisam de espetáculo político. Por isso, com a serenidade, com a responsabilidade institucional e com respeito pelo facto, impõe-se a rejeição responsável desta proposta não porque sejamos contra as auditorias, bem pelo contrário, rejeitamo-la porque somos a favor do rigor da verdade, da transparência que se pratica e da boa utilização dos recursos do erário público. A política faz-se com factos, com rigor e com verdade, o resto é apenas encenação, fumaça e ruído e, os cidadãos de Fafe sempre souberam reconhecê-lo no momento de escolherem quem os lidera, votaremos, obviamente, contra esta proposta de moção.



Usou da **palavra Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que a transparência nunca deve ser motivo de receio, quem exerce funções públicas deve estar disponível para o escrutínio. E nesse sentido, entendemos que uma auditoria externa pode ser um instrumento legítimo de reforço da confiança dos munícipes. No entanto, entendemos que ela deve ser enquadrada, também, com responsabilidade e bom senso. Primeiro, uma auditoria com um horizonte temporal de 12 anos é extremamente ampla e onerosa, teria, certamente, um grande impacto financeiro no município. Segundo, já foi amplamente falado aqui pelo deputado Carlos Cunha, também importa aqui evitar redundâncias, já temos mecanismos de fiscalização que já existentes há muitos anos, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças e auditorias também externas. Transparência sim, mas instrumentalização política não.

Por fim, usou da palavra **Rui Flórido Costa, eleito pelo CDS**, para dizer que é o último a falar neste ponto e, portanto, penso que já foi quase tudo aqui dito, vou ser bastante mais breve, porque concordo quase integralmente com tudo aquilo que aqui foi dito e até em algumas coisas serei repetitivo. Porque, de facto, esta moção é completamente infundamentada ou, se a considerarmos fundamentada, tem no seu próprio fundamento a sua negação porque querer uma auditoria, quando dizem na própria fundamentação que não há suspeita nenhuma, e dizem isso duas ou três vezes, mas mesmo assim vamos querer fazer uma auditoria, parece no mínimo caricato e por aqui me fico na qualificação da qualidade desta proposta. Ainda assim, e correndo o risco de ser um bocado repetitivo, porque já tudo aquilo que foi dito antes de mim, tenho aqui algumas coisas para dizer. O CDS vota contra esta moção por razões de legalidade, responsabilidade institucional e coerência política. A fiscalização da legalidade financeira das autarquias compete, como já aqui foi dito, ao Tribunal de Contas, e espero que isto se for novidade para alguém que vá anotando, para o Tribunal de Contas e a Inspeção Geral de Finanças. A Assembleia Municipal não pode substituir-se a esses órgãos, nem impor ao Executivo uma despesa extraordinária, não prevista no Orçamento Municipal, para realizar uma auditoria genérica que é isso que consta da proposta, é uma generalidade, não diz um objeto concreto de alguma suspeita, uma auditoria genérica. E pasmem-se, há 12 anos de gestão e estamos a falar de milhares de euros de dinheiro público que devem ser canalizados para responder às necessidades concretas dos Fafenses, não para alimentar iniciativas irresponsáveis de um partido político. Acresce que a moção invoca factos que já foram objeto de investigação e decisão judicial. Num Estado de Direito, e todos os juristas sabem isto, as decisões dos tribunais respeitam-se, não se questionam. Reabrir, administrativamente matérias já julgadas, colide com um princípio de que todos nós sabemos que é o princípio "*non bis in idem*", segundo o qual ninguém pode ser apreciado duas vezes pelos mesmos factos. Mas mais, politicamente, importa afirmar com clareza, esta Assembleia Municipal é precisamente o



espaço próprio para colocar e esclarecer todas as dúvidas que os Fafenses legitimamente tenham, nomeadamente quanto a contas. As contas do município são aqui discutidas e votadas todos os anos. Existe fiscalização política efetiva e, é também relevante recordar que em anteriores legislaturas, ou pelo menos na anterior, o proponente desta moção nunca levantou uma dúvida acerca das contas, nem se pronunciou sobre elas. Se há pessoa que levantou dúvidas aqui, fui eu que levanto, e levantei várias, não vi o partido Chega a levantar uma única dúvida sobre as contas, entrou calado e saiu calado nas questões das contas, dúvidas desta natureza, essas mesmas contas já foram apreciadas. O CDS defende transparência e estamos de acordos todos com isso, mas com rigor, responsabilidade e respeito pelas instituições democráticas. De resto, resulta da própria moção que a mesma é inútil porque querer auditar algo quando recorrentemente afirma na fundamentação não haver suspeita concreta, ou as que existiram e já foram julgadas pelo tribunal, como eu disse inicialmente, é no mínimo caricato. Numa democracia saudável, todas as instituições devem ser escorcinadas, isto é legítimo e necessário, mas como, ainda hoje, escrevi no jornal Notícias de Fafe, há uma diferença entre escrutino e corrosão deliberada da confiança pública, objetivo único desta moção, por esse motivo, o CDS votará contra.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido, ***por maioria, rejeitada, com 3 votos a favor do Chega.***

- Moção sobre a Mobilidade apresentada pela Iniciativa Liberal

Foi dada a palavra a Diogo Silva, eleito pela IL, para dizer que o site na internet da mobilidade esteve, nas últimas semanas, inoperacional, este problema impediu todos os utilizadores do serviço de consultarem horários, paragens, rotas e preçários, causando entraves na utilização de transportes públicos que devem facilitar a locomoção de pessoas e bens. É importante realçar que o site continua em baixo. Nós não podemos permitir que um serviço que veio para melhorar a vida de todos, funcione pura e simplesmente pior do que um site da Transdev que era uma empresa puramente privada. Sabendo que a mobilidade não é da responsabilidade única do município de Fafe, é imperativo que este intervenha junto desta sempre que necessário, de forma a garantir o melhor serviço possível ao cidadão. Quando anunciada, a Ave Mobilidade prometeu a utilização gratuita de internet a bordo de todos os autocarros, esta e todas as outras promessas. Contudo, volvidos mais de 3 anos de operações, em Fafe, tal não se verifica, nem mesmo na rota de maior utilização, Fafe/Guimarães. Além disso, a frota de autocarros está bastante envelhecida, diminuindo o conforto do passageiro e aumentando a emissão de gases poluentes. Verificam-se vários atrasos durante o dia e existe uma carência enorme de horários em determinadas rotas, principalmente no horário noturno. Um cidadão que se queira deslocar em horário noturno para Guimarães, Braga ou Porto não o conseguirá



fazer, sendo forçado a locomover-se de carro que é uma escolha pouco ecológica, mais dispendiosa, pouco atrativa para captar novos cidadãos, contrapondo o grande slogan da Ave Mobilidade “Com a Ave Mobilidade, tudo e todos estão ligados” presentes nos autocarros da empresa. Os problemas de mobilidade em Fafe não se jogaram na mobilidade. As paragens de autocarros, principalmente nas zonas rurais do concelho, estão degradadas, sendo pouco confortáveis para quem tem de aguardar por transportes públicos, principalmente em dias de clima adverso. Na cidade, paragens sem abrigos para utilizadores ou zonas, como a Escola Montelongo, com paragens que não abrigam todos os alunos e utilizadores. Perceber qual foi o constrangimento ocorrido é uma das nossas propostas, tendo em conta que o site da mobilidade ainda continua, é fundamental garantirmos que ele funcione e que esteja operacional o mais rápido possível. Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no início das operações da empresa, como o acesso gratuito para todos os passageiros, de forma a proporcionarmos o melhor serviço a todos. Promover, também, junto da empresa e restantes municípios, a substituição gradual das viaturas principalmente quando vimos que Cabeceiras de Basto, esta semana, um município com proporções obviamente muito inferiores às de Fafe, conseguiu ter um autocarro elétrico. A mim, causa muito espanto que Fafe não tenha uma única viatura de transporte público elétrica. Aumentar o número de horários, principalmente nas rotas mais utilizadas, incentivando o uso de transportes públicos e tornando-o mais atrativo. E por fim, reparar e construir novas paragens de autocarro, principalmente nas zonas mais carentes, de forma a garantir o conforto e segurança dos utentes dos diversos serviços, em condições adversas.

Solicitou a **palavra Hélder Mendonça, eleito pelo PS**, para dizer que o que aqui nos trouxe a Iniciativa Liberal já parece ter sido difundido hoje em notícias de Fafe, o que de alguma maneira ajuda a compreender a preocupação de tornar pública uma situação que, na verdade, não existe. E não existe porque a mobilidade, sim, é um fator que o Grupo Parlamentar do PS tem em consideração, mas sentindo que esta moção precisava de ser verdadeiramente esclarecida, colocou-se no terreno e foi tentar perceber como é que era possível que o Ave Mobilidade não estivesse disponível. E aqui temos de dar razão à Iniciativa Liberal porque existe um problema operacional técnico que a rede MEO consegue ter acesso disponível em todos os smartphones ou telemóveis, a rede NOS não o tem disponível sempre, a rede Vodafone não o tem disponível e se calhar alguns perguntam então como é que é possível tecnicamente o site não estar operacional e, é curioso que possamos fazer o teste, eu trouxe inclusive um tablet que pode mostrar que neste momento o site está disponível, naturalmente, que existe essa interação negativa a favor dos interesses de todos os Fafenses, mas, como disse bem, a Ave Mobilidade abrange oito municípios, não apenas o município de Fafe, e a



responsabilidade não é exclusiva do município de Fafe. A Ave Mobilidade tem uma resposta necessária e objetiva que cumpre critérios da comunidade europeia. Aquilo que fala de ter visto em Cabeceiras de Basto um veículo elétrico é porque a frota composta por 165 veículos e 18 já são de mobilidade elétrica, ou com biodiesel, ou com outro tipo de combustível mais sustentável. Há outra circunstância que temos de ter em conta, que é a internet gratuita em todos os veículos está presente, o que pode acontecer é, efetivamente, num ou noutro local, a operadora possa não estar disponível nesse momento. Eu falei com responsável operativo do CIM do Ave, estando presente também o vice-presidente, Antero Barbosa que nos pode ajudar também, a perceber sobre essa situação. Uma das circunstâncias que é importante referir e quando falamos dos oito municípios Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela, como será possível não ter ou a plataforma disponível, ou perceber como é que isto impacta tantos cidadãos. Em 2024, mais de 4 milhões de pessoas usaram este serviço, ora bem, temos aqui de pensar nesta perspetiva que fala o Deputado Diogo Silva, como pode haver estes erros no sistema. Quando fala das circunstâncias de transporte noturno, o que é que é considerado como noturno. É porque eu vou ter a oportunidade de lhe fazer chegar os horários em que, por exemplo, a via mais curta Guimarães-Fafe, o último carro a chegar a Fafe é às 22h45, e o último carro a sair de Fafe é às 21h20, que chega a Guimarães às 21h55. Isto, do nosso ponto de vista, é noturno mas, confrontado com a realidade que estamos sobre a circunstância do serviço noturno, tentamos ir mais longe e percebemos uma coisa clara, é que triplica o preço do transporte, falando especificamente no motorista. Os outros temas abordados, sobre as paragens, foram instaladas 19 novas paragens, a saber, em Arões Santa Cristina, Agrela-Serafão, Medelo, Estorãos, Monte e Queimadela, São Gens, Travassós, Revelhe, Cepães-Fareja e Regadas. Pedirei aos serviços para lhe fazer chegar, de forma clara, as fotografias já implementadas de todas as paragens colocadas. Isto é importante de referir que alguma responsabilidade tem de haver quando pomos em causa o que é o desenvolvimento da própria mobilidade. Para terminar, quero deixar aqui claro que no que diz respeito à mobilidade, o município de Fafe tem o subsídio a 100% para o passe sénior, tem o subsídio a 100% no passe pré-comprado, no âmbito estudante, tem um subsídio de 100% válido para estudantes até aos 18 anos, sendo que há uma nota que nos meses de julho e agosto é apenas aplicável nesses mesmos meses. Para isso, basta dirigir-se ao Serviço da Câmara Municipal, apresentar os requisitos válidos e terão certamente essas mais-valias da própria município.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo **a Assembleia, por maioria, rejeitada a proposta, com 4 votos e 8 abstenções.**



Foi apresentada uma declaração de voto pelo Presidente da Junta de Freguesia de Ribeiros com o seguinte teor:” José Castro Novais, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeiro, tendo votado a favor da Moção do Ave Mobilidade, vem apresentar a seguinte declaração e voto: o signatário utiliza os transportes públicos da Ave Mobilidade. Tem, desde o início do contrato, verificado a má qualidade do serviço e tem feito diversas reclamações sobre o mesmo. Destaco os seguintes problemas do serviço: Autocarros sem qualidade; atrasos existentes e excessos de lotação. Por tais motivos votei a Moção favoravelmente”.

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para poder responder às questões que lhe foram colocadas.

Pelo **Presidente da Câmara** foram prestados os seguintes esclarecimentos:

- Relativamente à questão levantada pelo deputado Ricardo Costa, dizer que não há nenhum problema da nossa parte na cedência de espaços para que possam realizar o vosso trabalho e, portanto, não corresponde à verdade que o município não tenha disponibilizado espaços. E não necessita de ser espaço na Câmara, a sala ou as salas que requereram que eram salas de apoio a esta Assembleia que não estavam em condições de ser utilizadas, por questões de humidade, corresponde à verdade, quando sair, se virar ao lado direito pode verificar, mas disse que estaríamos disponíveis para que pudessem utilizar, inclusive a biblioteca. Houve um lapso na transmissão, de qualquer das formas, queria deixar aqui com toda a clareza e com toda a transparência que da nossa parte não há impedimento, nem má vontade da cedência do quer que seja;

- Quanto à utilização da Associação Desportiva de Fafe, dizer que, ainda o ano passado, terminámos um processo que se arrastou em 30 anos para a legalização daquele espaço a favor do município. Creio que estará para breve a escritura para regularizarmos toda a situação da situação com o proprietário, portanto isso tem um acordo que foi celebrado no final do ano passado. O contrato de acomodado com a Associação Desportiva de Fafe prevê a utilização da SAD, era uma coisa que vinha de trás, de qualquer das formas temos aqui os serviços jurídicos a preparar para, muito em breve, regularizarmos a situação. A questão, creio que nem é do valor pela sua utilização, o que queremos é que o trabalho realizado pela SAD consiga ter êxito e que a Associação Desportiva de Fafe, também, possa beneficiar com o trabalho que faz;

De resto, já que falamos no tema da Associação Desportiva de Fafe, desejo que ganhe ao Torriense e para ver se nós nos organizamos para ir à final, não sei se com o Sporting ou com o Porto, se calhar era histórico que isso pudesse vir a acontecer;

- Sobre as obras e, concretamente, o Centro de Saúde teve um atraso por via da questão judicial, que atrasou quase meio ano o início das obras. Eu hoje, também, lá fui, até tive a oportunidade de falar com o técnico responsável no sentido de acelerarmos o processo de



execução da obra para que não possamos aqui correr nenhum risco. Temos duas obras que concorrem para o PRR, portanto, a Alvorada, o andamento da obra não carece aqui de nenhuma preocupação. O centro de saúde carece, o que me é dado a conhecer é que as obras que seja as estruturas estará pronto até ao final do mês de março para, depois, poderem já começar a trabalhar no seu interior. O prazo do PRR, aquilo que o governo tem anunciado, é que irá até 30 de setembro e, portanto, à data de hoje, espero que nós consigamos o Centro de Saúde na sua totalidade em condições de funcionamento.

Houve, também, os meses de janeiro e fevereiro que não proporcionaram grandes condições de trabalho no exterior. Portanto, merece aqui a empresa também a nossa compreensão, de qualquer das formas, à data de hoje, ainda acredito que possamos vir a cumprir esses prazos;

- A falta de iluminação na Praça Martins do Fascismo, já foi comunicada, por duas vezes à E-Redes, há aqui, também, uma compreensão uma vez que neste mês em foi confrontada com a mobilização de todos os seus recursos para a zona centro do país, mas não deixaremos de voltar a insistir. De resto, pontualmente, temos aqui alguns problemas com as redes, alguma manutenção que é necessário fazer pela parte deles. Durante a próxima Mês, eles preparam-se para fazer uma cobertura de iluminação LED em todo o nosso concelho, com uma cobertura quase a 100%, pelo que fizeram um trabalho extraordinário;

- Relativamente aos dois edifícios, o edifício Summavielle, em frente ao teatro cinema, já tem arquitetura aprovada, foi um calvário fazer a aprovação daquele projeto inicialmente junto da Delegação de Cultura em Vila Real, depois na Comissão de Coordenação, houve aqui diversas divergências. O proprietário está a realizar as especialidades, mesmo já com a arquitetura aprovada, dei-lhe indicação numa audiência recente que tive com ele de poder já consolidar para que não haja mais degradação do edifício, aproveitar-se-á apenas o exterior, não pode mexer nele, agora o seu interior, face à degradação que sofreu, será um edifício completamente novo e depois na parte de trás, que foi isso também que atrasou, terá um edifício complementar a este tendo a arquitetura já aprovada;

- O edifício do Centro de Emprego, fizemos uma vistoria, instigamos o Instituto para fazer algumas obras de reabilitação, deu-nos conta que este fez, mas são, de facto, insatisfatórias. O Governo tem anunciado que transmitirá para os municípios ou colocará à disposição dos municípios o património público um bocado disperso por todo o país. Numa deslocação a Lisboa, fui à Estamo – Participações Mobiliárias, SA sendo o proprietário do edifício, tendo lhe manifestado a disponibilidade para quando saírem as finanças do mesmo, a Câmara poder eventualmente ter como opção ficar na sua posse, onde está também instalado a Segurança Social, também é da Segurança Social, mas aí ainda não obtive indicação de como vão ou se a própria Segurança Social alienará o espaço. Estamos aqui um bocado atentos, o do centro de emprego, até de forma gratuita, é oneroso para a Câmara porque aquele edifício merece ser



preservado porque representa um património importante para o nosso concelho. Vamos ver se há evolução relativamente a como o Estado quer transferir este património ou vendê-lo aos municípios. É um assunto que está a ser tratado e recentemente numa reunião da Associação Nacional de Municípios, foi abordado.

- O deputado Simão Fernandes refere-se a uma ausência ou atraso numa resposta da parte do município. A Vereadora faz-me chegar aqui a informação de que deu a resposta ou enviou para que os serviços lhe remetessem no dia 11 de fevereiro, pelo que, veremos o que se passou, mas de qualquer das formas, da nossa parte, não houve ausência da resposta, mas ser-lhe-á e, portanto, poderá verificar que a informação terá, naturalmente, data e é fácil de verificar. Já houve duas audiências com o Cineclube para criar condições para que se retomem, naturalmente, os filmes que são também do agrado da população;

- A Rua José Ribeiro Vira de Castro, naturalmente estamos conscientes que é necessário fazer a intervenção e vamos fazê-la. Estamos a ultimar o projeto de uma forma até mais alargada porque há ali um conjunto de artérias que necessitam também de intervenção e, portanto, estamos a repensá-la no seu todo. Vamos fazer a intervenção desde o estádio onde terminaram a intervenção, agora até ao fundo, portanto, aproveitando também quando o centro de saúde entrar em funcionamento, portanto, reabilitaremos toda aquele espaço e depois, desde o Largo de Portugal, faremos tudo até lá abaixo;

- Não tenho indicação de que tínhamos nenhuma rua fechada, referiu aqui duas, em Aboim, creio que é o pavimento, ela não está completamente fechada, mas dar-nos-á também aqui alguma tolerância que efetivamente agora, só agora é que estaremos em condições de poderem fazer a intervenção em estradas que foram ou que sofreram aqui por fruto da humidade alguns estragos e alguns até com algum relevo;

- A praia de Quinchães, será aprovada aqui nesta Assembleia, espero que assim seja, o reforço da verba para nós podermos lançar a empreitada. Ela também teve aqui algum atraso por via de alguma negociação ou acordos que foi necessário fazer com os proprietários;

- Quanto às questões da água dos fontenários e das nascentes do deputado João Sousa têm sido aqui uma preocupação, a questão da água nos fontenários é uma questão de qualidade da água e, portanto, nós não tendo controle sobre a água de origem para que servem os fontanários, portanto por uma questão de qualidade e de saúde pública, não disponibilizaremos, nem as Águas de Fafe. A questão das nascentes, sim, a Vereadora ainda está recentemente com responsabilidade nestas áreas, mas tem identificado um conjunto de nascentes até com valor patrimonial para nós podermos preservar e tem conhecimento que nós até já consigo falamos sobre a nascente de Casinhas em Travassós, portanto que merece ser recuperada, e fá-lo-emos;



- O edifício de Calvelos está pronto faltando os arranjos exteriores, vamos lançar agora a empreitada, portanto queria que até ao verão as Águas de Fafe pudessem deslocar-se para lá.

- O corredor verde, a Vereadora, na segunda-feira, se quiser acompanhá-la, vai fazer da parte da manhã, vai fazer o percurso. Portanto, já o referimos, a Câmara assumiu a manutenção de todo o corredor verde, ainda foi feita uma tentativa inicial com as juntas e com os escuteiros, mas depois acabamos por assumir esta responsabilidade e preparemos a manutenção, por forma a que quando vier a primavera, esteja em condições de poder ser utilizado pela população.

Temos aqui dois ou três constrangimentos, ou quatro, creio eu, de proprietários mais zelosos que fazem aqui alguma resistência para que o corredor tenha continuidade e, portanto, estamos a desenvolver esforços para que isso aconteça;

- Já que foi iniciativa liberal que trouxe aqui a questão da mobilidade, eu queria dar-lhe conta de que esta Assembleia vai ser confrontada com a apreciação do novo concurso que a CIM vai apresentar para entrar em funcionamento em janeiro de 2027. Entrará aqui novidades, há um avanço grande relativamente ao primeiro concurso, não havia muito histórico e, portanto, houve aqui uma aprendizagem e há um conjunto de lacunas e melhoramentos que vamos fazer. E vamos fazê-lo juntamente com a CIM do Cávado, será conjunto para que possa haver esta interligação e esta mobilidade entre as pessoas, mesmo dos estudantes universitários. Haverá aqui um passe de rede que permitirá ao jovem ir daqui para Braga e até para a ligação para o Porto, especialmente aos estudantes universitários e, portanto, nessa altura o Deputado Diogo Silva poderá perceber-se das melhorias que este novo concurso traz.

De resto, ontem, em representação da CIM, estive numa audiência também acompanhado do Presidente da Câmara de Barcelos com a Senhora Secretária da Mobilidade para, precisamente, podermos trazer a esta área mais abrangente, digamos, aquilo que as áreas metropolitanas Porto e Lisboa já têm e que nós não temos, a ver se conseguimos que o transporte público comece a ganhar aqui cada vez maior frequência das pessoas desde que estejam bem servidas, quer em horários, quer na qualidade do transporte público.

Entrou-se no período de **ORDEM DO DIA.**

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que antes de entrar propriamente na ordem do dia, queria pôr à consideração desta Assembleia um pedido que a Câmara enviou à Mesa para inclusão de um ponto na ordem de trabalho já com a ordem de trabalho fechada. Como resulta da lei, só a Assembleia pode tomar essa deliberação de incluir na Ordem de Trabalhos o ponto que tenha a ver com uma deliberação que foi tomada na reunião extraordinária da Câmara de 24 de fevereiro, anteontem, a Câmara Municipal necessita de lançar um contrato de fornecimento de refeições escolares para os anos de 2026, 2027, 2028 e 2029 que foi aprovada, na Câmara por



unanimidade, mas que tem de ser aprovado por este órgão, não só aprovar esta contratação, mas, eventualmente, se for assim, se aprovarmos, corrigir também o orçamento. Portanto, a minha proposta era de se criar no ponto 2, um ponto 2 A porque apreciávamos o ponto 2 que é a alteração orçamental e o ponto 2A em que discutiríamos e aprovaríamos ou não, este procedimento contratual e eventualmente a correção do orçamento que aprovámos anteriormente. Esta aprovação de inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos terá de ser aprovada por um terço dos presentes.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que há necessidade de abrir um novo concurso para fornecimento de refeições e os serviços estavam a preparar, para entrar em funcionamento no dia 1 de setembro, toda a documentação para a elaboração de cadernos de cargos, fazer uma estimativa do número de refeições a serem servidas, verificou-se que nos anos 2027 e 2028 não existe verba suficiente para podermos lançar o concurso, estando a contabilidade impedida de fazer a respetiva cabimentação. Temos aqui um acréscimo relativamente ao número de refeições fornecidas nos anos anteriores na ordem de 141 mil refeições que vai obrigar que na próxima reunião de Câmara se faça uma adenda ao contrato para este número de refeições não estiveram previstas aquando da abertura do concurso anterior, pelo prazo de 3 anos, o concurso foi feito para um fornecimento de refeições desta grandeza, 1.418.000€, foi o número que os serviços chegaram, face ao histórico e às refeições servidas em anos anteriores. Vimos a verificar que nos três anos há aqui um acréscimo de 141 mil refeições sendo nossa expectativa que, ainda, possamos acrescentar mais 10% ao número de refeições, portanto o novo concurso terá um número de refeições de 1.766.151, portanto, que depois corresponderá ao acréscimo do valor. Naturalmente, se há mais refeições, o concurso terá outro valor pelo que não é o reforço da rubrica deste ano, é dos anos seguintes. Portanto, 2027 e 2028, sem essa aprovação, nós não podemos fazer a cabimentação nem lançar o procedimento. Portanto, tinha sempre de vir à Assembleia Municipal, se o fizerem agora, ganhamos tempo, se não o fizerem agora, nesta Assembleia, teremos de marcar uma Assembleia Municipal extraordinária para podermos fazer a aprovação deste ponto.

Foi colocada à votação a inclusão do 2A ponto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor, um voto contra e três abstenções, incluir a proposta.

Foi incluído o referido ponto na ordem de trabalhos.

Ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

Solicitou a palavra Rui Flórido Costa, eleito pelo CDS para dizer que tem aqui três linhas, digamos assim, para intervir, mas uma já foi aqui respondida que tinha a ver com a execução do Centro de Saúde, só vou depois fazer um apontamento acerca disso. Relativamente aos outros pontos, eu verifico que no Serviço Municipal de Proteção Civil, na página 21, o relatório



confessa um passivo que considero inaceitável, temos 344 ninhos de vespas-velutina que transitaram 2025 sem tratamento os quais se somam mais 103, até nestes dois meses deste ano, comunicados este ano, com um total de 447 ninhos por resolver. Pergunto qual é a estratégia de segurança para as nossas populações rurais quando o município não consegue sequer liquidar e fazer o trabalho que ficou para trás do ano passado relativamente a este assunto. Temos a primavera aí à porta e como é que se vai resolver esta situação. Aproveito e faço uma nota pessoal que, eu próprio reportei dois ninhos o ano passado e que não estão resolvidos e fui avisado nesses meus terrenos pelos vizinhos que agora questionam-me e até me põem em causa se eu já reportei ou não reportei à Câmara e até estão a desconfiar de mim porque o trabalho ainda não foi feito. Entendo que merece ter alguma atenção nisto e tentar acelerar aqui estes procedimentos. Quanto ao segundo ponto, na educação, na página 8, é incompreensível que a 27 de fevereiro o município não tenha dados sobre o fornecimento de lanches, fruta, leite escolar de janeiro e fevereiro porque as faturas ainda não estão conferidas, é o que lá consta, como é que garantimos a fiscalização da qualidade destes bens se o município demora dois meses a conferir faturas e sem saber o que é que está a ser ministrado. Por fim, e último ponto, o tal que já foi respondido, apenas acrescentar aqui uma pequena coisa, é que nós fizemos as contas e a execução da obra do Centro de Saúde, no próprio relatório, está em 3,09% não estará em risco os fundos do PRR, foi minimamente respondido, mas nós temos essa dúvida.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, para dizer que relativamente ao Centro de Saúde, creio já lhe ter respondido e, portanto, estamos atentos e promoverei brevemente uma reunião com todos, os serviços municipais e o empreiteiro, para que o planeamento da obra não nos coloque nenhum sobressalto. A questão da fruta escolar, não sei, portanto, pedi ao Vereador que tomasse nota e verificar, a informação é dos serviços, não é propriamente a fatura e o pagar porque nós pagamos a três dias, somos céleres, portanto há aqui uma articulação com os agrupamentos, mas pedia ao Vereador que avaliasse bem isso. Há aqui, de facto, um problema com a destruição dos ninhos de vespas que cada vez proliferam. Na nova estrutura que estamos a criar, a estrutura que entrará agora em funcionamento no âmbito da segurança e fiscalização e que também agrupará a Polícia Municipal, a Proteção Civil, etc, estamos a criar e a organizar-nos por forma a termos uma equipa de intervenção, com formação também, porque o combate ou a distribuição desses ninhos tem aqui algumas questões relacionadas com a segurança e proteção dos próprios trabalhadores, que também requer aqui alguma formação da parte deles. Creio que a informação que os serviços de proteção civil aqui disponibilizam estará correta, mas avaliáramos melhor essa situação e, portanto, havendo este atraso, também temos de nos organizar por forma a poder, digamos, recuperar o tempo perdido.



Solicitou a **palavra Hélder Mendonça, eleito pelo PS** para dizer que vive no meio rural e porque o problema da vespa-velutina é evidente no meio rural, sempre que o ninho é abandonado, isto é, imaginemos, os ninhos que nós vemos de 2025, não voltam a ser habitados em 2026. Portanto, o que nós vemos lá pendurado, aquilo não vai voltar a acontecer, o que vai acontecer é que a vespa pode voltar a fazer próximo ou ao lado, destruir aqueles é igual a zero o que tem de acontecer é destruir quando está visível e com habitantes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto dois - Apreciação e votação da alteração modificativa ao orçamento & GOP's 2026

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que se impõe esta alteração modificativa pela inclusão do saldo de gerência, o orçamento inicial do 82 milhões atinge aqui com incorporação atinge o valor de 91.386.000 e como puderam verificar, portanto, eu tenho dito e temos tentado cumprir que as despesas correntes são mais rigorosas possível, portanto, deste valor, apenas 15% foi para reforçar rúbricas de despesa corrente, 85% foi para reforçar rúbricas de capital. Tenho aqui uma preponderância grande as áreas ou a parte da educação, portanto, recuperação de edifícios do primeiro ciclo e também reforçamos aqui as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia para fazermos os contratos interadministrativos. São as rubricas maiores, estando distribuído o saldo de gerência essencialmente com aquelas rúbricas do PPI que ficaram deficitárias e que agora com o saldo de gerência temos a oportunidade de as colocar com verbas que nos permitem lançar as obras.

Solicitou a palavra **Simão Fernandes, eleito pelo PCP**, para dizer que, relativamente a este ponto, e começando logo por comunicar o nosso sentido de voto, será a abstenção, reconhecemos que do ponto de vista técnico e contabilístico esta alteração é necessária para integrar o saldo de gerência e ajustar o orçamento à realidade. No entanto, não podemos deixar de notar que apesar do orçamento global subir para mais de 91 milhões, a opção política de investimentos nas nossas 25 freguesias continua a ser manifestamente insuficiente. Observamos que para investimentos diversos nas freguesias estão previstos 2.219.448 mil euros, ou seja, 2.42% do orçamento global do município. Perante um orçamento de 91 milhões, este valor demonstra que a coesão territorial e o apoio direto às populações fora do centro urbano não são a prioridade deste Executivo. Este valor aprisiona os Presidentes Junta a orçamentos baixos que os limita brutalmente nas suas ações e decisões políticas. É lamentável, ainda que, com uma integração de saldo tão significativa não se tenha aproveitado esta alteração para finalmente dar o passo tão necessário rumo à construção da tão importante piscina municipal, o desporto precisa de visão e de novas infraestruturas que respondam às necessidades da população. Abstemo-nos, portanto, porque embora não nos oponhamos à correção técnica do orçamento, opomos-nos às opções políticas que já vêm do orçamento e que agora não são alteradas.



De seguida, usou da palavra **Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PDS**, para dizer que esta alteração orçamental aumenta o orçamento municipal de 82 milhões para 91 milhões de euros. Sabemos que cerca de 8,7 milhões de euros correspondem ao saldo positivo do ano anterior, ou seja, é dinheiro que já existia e que agora passa a estar disponível para ser utilizado em 2026 o que é ótimo. A pergunta que agora importa fazer também é simples onde é que nós vamos investir estes 18,7 milhões de euros, quais são as nossas prioridades, que obras ou projetos específicos vão avançar com este reforço. Porque uma coisa é inscrever no papel esta verba, outra coisa é transformá-la e executar esta verba no terreno real. E por isso coloco a segunda questão, igualmente importante, se vamos realizar mais obras, tem o município capacidade técnica e operacional para executar este aumento significativo de investimento durante este ano, temos já projetos prontos e temos capacidade de acompanhamento e fiscalização.

Usou da palavra **Anabela Martins, eleita pelo PS**, para dizer que é a primeira alteração modificativa ao orçamento Municipal que hoje apreciamos, correspondente à segunda alteração orçamental, traduz-se num reforço global de 8,9 milhões de euros plenamente justificados e assente fatores financeiros positivos, objetivos e responsáveis. Esta alteração resulta no essencial de dois fatores, o primeiro mais significativo que é relativamente à inscrição do saldo de gerência do exercício anterior, 8,7 milhões de euros, e o segundo pela comparticipação em investimentos em equipamentos de saúde, 300 mil de 126 mil euros. Desta forma, estamos perante a utilização de recursos efetivamente disponíveis e de financiamento para o investimento, sem aumentos de impostos, sem agravamentos da dívida e sem qualquer desequilíbrio nas contas municipais. O aumento da receita agora inscrito, tem um destino claro, reforçar a despesa pública municipal em áreas prioritárias e investimentos concretos no território. Este acréscimo de cerca de 9 milhões de euros, 85% incide no reforço da despesa de capital apenas os outros 15% é para reforço da despesa corrente, evidenciando uma orientação clara para o investimento público municipal, de obra, equipamentos e progresso do concelho. É nas funções sociais que se concentra a maior parcela deste reforço, cerca de 34%, sendo que 2,5 milhões será aplicado em apetrechos e reparação de equipamentos escolares, requalificação do Centro de Saúde de Fafe e da Praça da Saúde e outras medidas de ação social ou seja investimento direto nas áreas de educação, saúde e apoio social, que precisamente são aquelas que mais impactam a qualidade da vida das famílias. Depois teremos um reforço de 2 milhões que responde a cerca de 28%, que será canalizado para transferências para as juntas de freguesia, no âmbito de acordos de execução e contratos, reforçando a capacidade de intervenção das freguesias e a proximidade de respostas públicas às populações. Nas funções económicas, cerca de 25% do reforço dirige à melhoria da rede diária da cidade e da zona rural, investimentos diversos nas freguesias, conversão urbana da zona da Devezinha e aquisições de terrenos e outras construções. Estamos, portanto, a falar



de mobilidade, coesão territorial, criação de condições para o desenvolvimento económico e fixação de investimento. Apenas os restantes 12% do reforço, destina-se a obras de beneficiação de edifícios municipais e equipamentos, melhorando o património público, as condições de funcionamento dos serviços e a qualidade do atendimento à população.

Esta alteração orçamental materializa três opções políticas claras, investir em equipamentos públicos e património municipal, reforçar a educação, a saúde e a ação social e apoiar freguesias, as instituições e o desenvolvimento local. Trata-se, portanto, de transformar um saldo positivo de gestão em obra, serviços e qualidade da vida para o concelho. Optar pela não aprovação ou pela abstenção, estaremos na prática em impedir a aplicação de mais de 8 milhões de euros já disponíveis, atrasando investimentos essenciais e respostas concretas que o concelho e a sua população legitimamente aguardam.

A sua aprovação permitirá melhorar escolas e equipamentos de saúde, qualificar o espaço urbano e a rede viária, apoiar freguesias, preparar o solo industrial e reforçar a ação social municipal. Estamos, portanto, perante uma alteração financeira sólida, socialmente orientada e territorialmente equilibrada que aplicará recursos existentes a um benefício direto da comunidade.

Por todas estas razões, entendemos que a Assembleia Municipal deve aprovar a primeira alteração modificativa ao orçamento permitindo que os meios disponíveis sejam plenamente colocados ao serviço do concelho e do bem-estar da sua população. Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará a favor.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo a ***Assembleia Municipal, tendo deliberado, por maioria, com 11 abstenções (PCP, IL, CDS, Chega e PPD/PSD), aprovar.***

Ponto dois A - Apreciação e votação do reforço da reprogramação financeira do compromisso plurianual, aquisição de serviços de confeção e distribuição de refeições escolares, anos letivos 2026, 2027, 2028 e 2029.

Solicitou a palavra o **Presidente da Câmara** para agradecer, não é muito habitual que nós nos socorramos desde expediente de à última da hora vir a pedir a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos, portanto, queria agradecer aos seus deputados e dizer que fruto do primeiro concurso, ou concurso que agora está a terminar, o concurso pretendia o fornecimento de 1 milhão e 400 mil refeições com o acréscimo verificado nestes três anos, mais uma percentagem que é expectável que venha a acontecer, lançaremos o concurso com uma grandeza de 1 milhão e 700 refeições para ser servidas durante os três anos.

Solicitou a palavra **Simão Fernandes, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer e sei que vou já contradizer e tinha dito que não ia dar mais os figuras de estigma, mas se eu não for por os eufemismos vocês vão ficar chateados comigo. A primeira questão é saber se este aumento das refeições é acompanhado pelo aumento do número de trabalhadores, é que neste momento



não cumprem os rácios nas cantinas, como vocês sabem, mas parecem fazer ouvidos moucos, e aquilo que eu temo é que haja um aumento de refeições e que continue a haver os mesmos trabalhadores, aumentando em si o volume de trabalho que eles fazem. Depois, também era importante perceber se haverá algum tipo de valorização desses trabalhadores é porque eu conheço-os mais ou menos a todos, de um lado ou de outro, e sei que minimamente são boas pessoas. Aquilo que eu acho mesmo, genuinamente, é que nunca foram às cantinas, aqueles trabalhadores estão a ganhar o ordenado mínimo, alguns estão as 7 horas não ganham subsídio de refeição porque almoçam lá e a refeição que custa cerca de 2 euros, é isso que nós estamos a dizer que é o subsídio de alimentação deles. Eles almoçam lá, a refeição fica cerca de 2 euros, é esse o subsídio de refeição que eles têm lá. Nós estamos a falar daquilo que conhecemos, os trabalhadores. E eu convido-vos a todos, aliás, é para terminar faço o apelo a que todos vão conhecer a realidade das cantinas.

A qualidade que sai de lá com aqueles trabalhadores é incrível face à realidade que eles enfrentam diariamente. A minha preocupação é que este aumento não venha acompanhado do número de trabalhadores para dar resposta.

Não havendo mais intervenção, foi colocado à votação, tendo **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (PCP) e 4 abstenções (Chega e IL), aprovar.**

Ponto três – Apreciação e votação da proposta de autorização genérica para a reprogramação financeira de compromissos plurianuais dos projetos inscritos no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividade (PAM) sem aumento de despesa global.

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente** para dizer que repescamos aqui uma proposta que já veio em tempo, nos mandatos de José Ribeiro, prende-se mais com uma diferença de interpretação do Tribunal de Contas no reporte da informação pelo que há necessidade, por atos naturalmente apenas de gestão, com as reprogramações que os empreiteiros nos fazem, ou os avanços das obras, isto tem implicações em termos das verbas e, portanto, aquilo que é aqui pedido por reporte depois porque normalmente são obras que requerem o visto do Tribunal de Contas e o acompanhamento do Tribunal de Contas, é uma questão formal desde que não tenha um aumento global, isso está aí bem explicado nos considerandos, portanto, se houver um aumento do valor global da obra, naturalmente que venha aqui à Assembleia previamente, porque não há possibilidade de ser autorizada pela Câmara.

Aquilo que pedimos é que, não havendo o aumento global, nós possamos fazer esta alteração e depois trazer a conhecimento da Assembleia. No caso de haver um aumento global, deverá previamente e vir à Assembleia. Portanto, é só uma questão de conformidade no reporte de informação ao Tribunal de Contas. Os serviços dão-me conta que há aqui uma divergência entre os parceiros da Comissão de Coordenação e a própria DGAL e o juiz do Tribunal de



Contas, é só para evitarmos aqui alguma confusão e, do ponto de vista formal, virmos a cometer aqui alguma irregularidade que não queremos.

Usou da **palavra Simão Fernandes, eleito pelo PCP**, para dizer que a primeira pergunta que se deve fazer é qual é a vantagem que esta autorização traz para a população de Fafe. A segunda pergunta é qual é o problema que a Câmara tem em vir a esta Assembleia como a lei manda, assumir os seus compromissos. O documento que nos apresentam tenta fazer passar esta proposta com um belo bom senso e gestão ágil, dizem-nos que o Tribunal de Contas é restritivo e formalista, por exigir que a Assembleia autorize cada reprogramação. Ora, o legislador, quando colocou esta competência na Assembleia, sabia bem o que estava a fazer, assim como o Presidente sabe muito bem o que está a fazer quando vem aqui pedir o tal cheque em branco para movimentar verbas entre anos, sem passar pelo crivo deste órgão. No próprio documento, a Câmara reconhece que o Tribunal de Contas exige autorização específica e prévia para cada reprogramação. O que estão a tentar fazer aqui, é passar um parecer da CCDR-N de 2017 para ignorar o entendimento mais recente e rigoroso do Tribunal de Contas. O documento dá o exemplo técnico onde o projeto pode ver a sua verba reduzida num ano e reforçada no outro, o problema é que sem a fiscalização da Assembleia, os Fafenses deixam de saber se uma obra que devia avançar este ano foi empurrada com a barriga para o próximo ano ou não. Além disso, esta proposta é um ataque direto às competências de fiscalização desta Assembleia, dizem que as reuniões extraordinárias geram custos administrativos. Ora, a democracia tem custos, mas, adaptando aqui um pouco a frase de Sofia, a democracia é cara, a falta de democracia é mais cara ainda. É verdade que a Câmara goza, hoje, de uma maioria, mas como diz um povo, a terra gira, as realidades mudam. Sejamos intelectualmente sérios, não contem connosco para extinguir os nossos próprios poderes de fiscalização. Este argumento de concentração de poderes para tornar o processo supostamente flexível cheira a bafio, é um mofo que não condiz com a transparência que se exige. Iremos, como é óbvio, votar contra este contornar da lei em nome de uma suposta agilidade que só concentra mais os poderes.

De seguida, foi dada a palavra a **Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que nós já nos estávamos a habituar a estas fábulas literárias do PCP, no entanto, temos de repor mais uma vez a verdade. É que viver no mundo da fantasia é uma coisa muito interessante, mas não é para uma assembleia municipal onde se discutem assuntos de uma seriedade desta envergadura. O que nós estamos aqui a falar, é de um documento de natureza técnica, mas que tem uma enorme relevância política e não é disso menos, é disso mais e muito importante. Não podemos vir à segunda, terça e quarta e exigir que a Câmara execute as obras e à quinta, sexta e sábado arranjar obstáculos administrativos para que essa função não possa ser convenientemente exercida. Mas eu tenho o dever cívico de o esclarecer de que não há entraves à fiscalização desta Assembleia, continuamos a ter legitimidade de escrutínio sobre



tudo o que são as alterações à despesa conforme o Presidente da Câmara já referiu, e eu vou reiterar porque está com alguma dificuldade auditiva, certamente. E relativamente às revisões dos preços porquê, o contexto económico, eu vou só dar a título de exemplo, se calhar o preço da telha em dezembro tinha um custo e agora tem outras dadas as circunstâncias de Leiria, o que provavelmente nós podíamos estar a ter de fazer aqui uma assembleia para que o Executivo pudesse fazer um reajustamento de verba. Não há constrangimentos administrativos absolutamente nenhuns, o que aqui há é permitir alguma flexibilidade, livre democrática e transparente, fiscalizada pelo mesmo órgão e no fundo não reduzir absolutamente escrutínio nenhum como aqui tentam fazer passar, essa mensagem não é clara, nem é séria e nós devemos ser sérios.

Foi dada a palavra a **Vanessa Barata, eleito pelo Chega**, para dizer que na proposta de deliberação desta reprogramação financeira são tecidas aqui algumas considerações jurídicas para fundamentar esta decisão e depois temos linhas afetas em concreto aqui ao município de Fafe que dizem que esta reprogramação financeira, esta alteração, no fundo, se traduz na prática em três pontos. Num ajustamento de um cronograma financeiro, que este ajustamento não implica aumento do montante global da despesa, como já informou o Presidente da e que implica uma redistribuição temporal de dotação entre exercícios, com redução do valor para um ano e reforço do valor previsto para o outro, em montantes exatamente compensados. As minhas questões são muito concretas: qual é o montante previsto inicialmente, o montante exato destas redistribuições, para que anos, qual o motivo desta redistribuição, se tem a ver com o PRR, por exemplo, e por que motivo é que estamos a fazer esta reprogramação. São estas as perguntas essenciais que crescem aqui de resposta para esclarecer em concreto do que é que se trata esta reprogramação financeira, para não estarmos a passar, no fundo, um cheque em branco a coisas sérias, como foi aqui dito, e podermos perceber o que é que de facto estamos a aprovar ou não.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que gostava de que esta Assembleia ficasse tranquila, não tenho necessidade absolutamente nenhuma que esta Assembleia me dê este poder e se entender que, numa questão de urgência, esta Assembleia reúne e autoriza previamente, da nossa parte não há dificuldade. Veio aqui a uma das últimas reuniões e foi isso até que motivou a que se fizesse esta, em que os serviços procedessem a esta informação genérica de atrasos nas obras que não consumiram no ano anterior e houve necessidade de, digamos, o atraso da obra canalizar, que não há autos de mediações e o valor passa para o ano seguinte. É disso que estamos a falar e dessa necessidade de fazer reporte ao Tribunal, não há aumento, não lhe sei dizer uma percentagem. Portanto, o Centro de Saúde, que estava previsto iniciar o ano passado em janeiro/fevereiro, fruto do processo que ocorreu em tribunal, só pôde iniciar em junho/julho, o consumo financeiro do ano 2025, o montante que estava previsto,



teve de passar para o ano seguinte. Neste caso é quando há uma reprogramação da obra por atrasos diversos, o mesmo montante que não é consumido no ano seguinte vai reforçar a rubrica do ano. Pode ser, imaginamos, agora não há nenhum atraso na obra de Alvorada, mas não sei até se consumiu o volume financeiro que nós tínhamos previsto em 2025 ou se, digamos, os autos de medições ou etc. empurraram para 2026. Portanto, é a repartição nas obras que decorrem ou que tenham uma duração superior a um ano que não consumindo num ano se possa fazer o ajustamento para o ano seguinte. Há aqui um entendimento de facto mais restritivo do Tribunal de Contas que, digamos, difere daquilo que a DGAL e a própria Comissão de Coordenação nos dão indicação em termos do reporte da informação, é só isso. Mas se esta Assembleia se sentir incomodada pela aprovação desta proposta, queria dizer que da minha parte não estou aqui a pedir para reforçar os poderes da Câmara, nem da Câmara, do órgão Câmara, nem do Presidente da Câmara. E esta Assembleia não deixa de ter o poder fiscalizador que virá cá na informação que presto, virá cá mencionada esta alteração se ela ocorrer.

Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a ***Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções, aprovar.***

Ponto quatro – Apreciação das declarações de recebimentos e pagamentos reportados a 31 de dezembro de 2025, de todos os compromissos plurianuais de 2025.

Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que as declarações vêm apenas para conhecimentos, é uma informação dos serviços e que eu tenho de subscrever e assinar estas declarações e reportar aos órgãos que nos fiscalizam.

Solicitou a palavra **Simão Fernandes, eleito pelo PCP**, para dizer que ao analisar as listagens de recebimento em atraso, não podemos deixar de manifestar a nossa profunda preocupação com a forma como estes dados estão a ser apresentados e a sua conformidade legal. Em primeiro lugar, detetamos que a autarquia procedeu à publicação detalhada de diversos números de identificação fiscal de pessoas singulares associadas a dívidas. O NIF é um dado pessoal, sensível, que permite a identificação direta dos cidadãos. A sua exposição pública, sem qualquer anonimização, associada a situações de cumprimento, fere gravemente o artigo 5º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, nomeadamente o princípio da minimização de dados. Para o escrutínio desta Assembleia, bastariam os valores agregados à exposição da identidade fiscal dos municípios, ou seja, isto é desproporcional e injustificado.

Em segundo lugar, a análise destas listagens revela a existência de dívidas com mais de 20 anos, algumas remontando a 2005 e 2006, referentes a serviços como resíduos sólidos. Importa recordar que, sendo serviços públicos essenciais, estas dívidas prescrevem no prazo de seis meses. Mais ainda, o artigo 175º do Código dos Procedimentos e Processos Tributários impõe que a entidade pública reconheça a prescrição de forma oficiosa. Manter estas verbas como recebíveis no balanço da autarquia não é só juridicamente infundado como envia um sinal de



incerteza jurídica que deve preocupar esta Assembleia. Termine por isso deixando as seguintes questões. Sobre a proteção de dados, qual é a base legal específica que a autarquia utiliza para publicar o nível de cidadãos e documentos de consulta pública e como é que esta prática cumpre o princípio da minimização.

Sobre a legalidade das dívidas, por que razão continuam a figurar nestas contas dívidas de serviços essenciais com duas décadas de antiguidade.

Pelo **Presidente da Câmara** foi solicitado que o Diretor do DGAF tomasse nota destas questões da proteção de dados que são naturalmente relevantes e, portanto, que dê indicação aos serviços para as omitir. E também esta questão da prescrição das dívidas, não sei se vocês verificaram, mas pela primeira vez, foi reportada informação sobre dívidas às finanças, um valor incobrável ainda da SISA que já foi abolida há muito tempo. Já tive uma reunião com o responsável das finanças e pedir aí uma reunião em termos locais, mas não tinha autorização de detalhar um pouco esta informação que é mais no sentido de saber se elas são recentes, se são antigas, se já prescreveram, também para que ficarmos com a situação completamente transparente ao nível da apresentação das contas. De qualquer das formas, há aqui valores da própria SISA ou da contribuição autárquica que já há muitos anos que não se aplica, que já devem estar prescritos.

PÓS ORDEM DO DIA

Pelo Presidente da Mesa foi informado que há ninguém inscrito do público.

Foi colocada à votação a ata da Sessão Ordinária, realizada em 29 de dezembro de 2025, que foi distribuída por todos. ***A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar.***

Em seguida, colocava também à apreciação a ata da Sessão Extraordinária, realizada no dia 12 de janeiro de 2026. ***A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar.***

Terminada a Ordem de Trabalhos, pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando vinte e três horas e quarenta e nove minutos.

E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.